

Rui Maia Diamantino
(Organizador)



As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena
Editora
Ano 2019

Rui Maia Diamantino

(Organizador)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e a produção criativa humana 2 [recurso eletrônico] / Organizador Rui Maia Diamantino. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-595-2 DOI 10.22533/at.ed.952190309 1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social. I. Diamantino, Rui Maia. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este segundo volume do e-book “As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana” aponta para a multiplicidade dos saberes, conforme a visão de Edgar Morin quando discute sobre o tema da complexidade. As contribuições vão desde os costumes da cultura até aos aspectos da vida prisional, que são indicativos importantes da natureza social do Brasil. Entre esses dois aspectos, a inclusão social, a discussão sobre comportamentos e sobre a atuação da educação estão presentes.

Em função da variedade dos temas que vieram para contribuir e qualificar os nossos saberes, o volume foi organizado em cinco tópicos: “memória, preservação e resgate da cultura popular”, que enfatiza a contribuição dos hábitos e valores para o estabelecimento de uma narrativa na cultura popular; “aspectos inclusivos e de mobilidade social”, com foco nas questões de pessoas com deficiência física e na posição da mulher no campo do trabalho; “perspectivas e comportamentos na terceira idade”, onde são discutidos os aspectos subjetivos do envelhecer, objeto emergente de estudos visando aos 25% de idosos na população mundial nos próximos 10 anos; “inclusividade em contextos educacionais e inovações pedagógicas”, tópico que se mostrou como o de maior contribuição para a presente publicação, refletindo a preocupação do setor acadêmico sobre os aspectos mais ventrais da educação no nosso país; e, finalmente, “comportamentos em contextos prisionais”, onde são abordadas as percepções por meio de auto relatos de mulheres e agentes penitenciários sobre suas vivências em uma das condições mais precárias que um cidadão ou cidadã pode experimentar no Brasil.

Com essas cinco seções, o leitor, a leitora, poderá aumentar suas lentes sobre os tópicos publicados, consultando, discutindo e analisando as páginas produzidas ao longo dos dezesseis trabalhos que aqui constam. São, em si, experiências de diversidade que abrangem visões das muitas regiões do país, o que torna as narrativas aqui incluídas bastante atuais para compreendermos melhor os desafios contemporâneos na construção de saberes em um país tão plural como o Brasil.

A todos e todas desejamos leituras, estudos e reflexões com muito proveito!

Rui Maia Diamantino

SUMÁRIO

I. MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESGATE DA CULTURA POPULAR

CAPÍTULO 1 1

A BENZEÇÃO POPULAR COMO LEGADO DE UMA ARTE FEMININA DE CURA PROVENIENTE DO ALÉM-MAR: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Yls Rabelo Câmara
Lia Machado Fiuza Fialho

DOI 10.22533/at.ed.9521903091

CAPÍTULO 2 13

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DO RÁDIO NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

João Alves Souza Filho
Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9521903092

CAPÍTULO 3 29

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: A HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB

Vilma de Lurdes Barbosa
Jéssica Hellen dos Santos Araújo
Severino Bezerra da Silva
Suelídia Maria Calaça
Márcia Albuquerque Alves

DOI 10.22533/at.ed.9521903093

II. ASPECTOS INCLUSIVOS E DE MOBILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 4 41

A INSERÇÃO SOCIAL DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:UM ESTUDO DE CASO

Angela Maria de Camargo dos Santos
Idorlene da Silva Hoepers

DOI 10.22533/at.ed.9521903094

CAPÍTULO 5 53

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Moraes da Rocha
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
João Dehon da Rocha Junior
José Evangelista de Lima
Stenio de Brito Fernandes
Geraldo Mendes Florio
Eliane Cota Florio
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros
Débora Tereza dos Santos Meneses
Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903095

CAPÍTULO 6 63

ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM

Maria Izabel Machado

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.9521903096

III. PERSPECTIVAS E COMPORTAMENTOS NA TERCEIRA IDADE

CAPÍTULO 7 87

ENVELHECIMENTO FEMININO E SUBJETIVIDADE

Roana de Jesus Braga

Mariele Rodrigues Correa

DOI 10.22533/at.ed.9521903097

CAPÍTULO 8 98

FATORES ASSOCIADOS A QUEIXAS SUBJETIVAS DE MEMÓRIA PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA EM IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE

Alan Ehrich de Moura

Heloisa de Freitas Pacifico

Bernardino Fernández Calvo

DOI 10.22533/at.ed.9521903098

IV. INCLUSIVIDADE EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO 9 107

INOVANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS: POR UMA TECNOLOGIA PARA A QUEBRA DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Camila Morais da Rocha

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

João Dehon da Rocha Junior

José Evangelista de Lima

Geraldo Mendes Florio

Eliane Cota Florio

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Débora Tereza dos Santos Meneses

Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903099

CAPÍTULO 10 117

LABORATÓRIO MULTIMÍDIA PROPOSTA DE ENSINO PARA A MATEMÁTICA

Wilmar Borges Leal Junior

Robert Mady Nunes

Nailson Martins Dantas Landim

Lucyano Campos Martins

Haryson Huan Arruda da Silva Santos

Delfim Dias Bonfim

Douglas Ferreira Chaves

Suzane Aparecida Cordeiro

Helaís Santana Lourenço Mady

DOI 10.22533/at.ed.95219030910

CAPÍTULO 11	126
LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL - VIVÊNCIAS COM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	
Ana Carolina Batista	
Degelane Córdova Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.95219030911	
CAPÍTULO 12	138
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO AÇÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA, DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	
Marlon Santos de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.95219030912	
CAPÍTULO 13	147
PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR	
Samuel Carvalho Rebouças	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
Stenio de Brito Fernandes	
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes	
José Evangelista de Lima	
Francinilda Honorato dos Santos	
Eliane Cota Florio	
DOI 10.22533/at.ed.95219030913	
CAPÍTULO 14	156
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO	
Saturnina Soares de Carvalho	
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.95219030914	
V. COMPORTAMENTOS EM CONTEXTOS PRISIONAIS	
CAPÍTULO 15	169
AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Thalita Regina Albuquerque de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95219030915	
CAPÍTULO 16	184
ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Reña Herbert Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95219030916	
SOBRE O ORGANIZADOR	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM

Maria Izabel Machado

Professora Doutora Universidade Federal de Goiás – UFG, mariaizabelmachado@ufg.br

Marlene Tamanini

Professora Doutora Universidade Federal do Paraná – UFPR, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero UFPR, tamaniniufpr@gmail.com

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar aspectos do processo de hierarquização e de gendrificação das relações e do acesso aos bens na Economia Solidária. Ainda que os Empreendimentos Econômicos Solidários, como chamados no Brasil, compartilhem de um determinado conjunto de valores e de práticas propostas como democráticas, é possível perceber a estruturação de hierarquizações quanto aos valores e à relevância dos empreendimentos. Os maiores movimentam maior volume de capital, impactando diretamente a renda familiar. Além disso, os grupos de maior porte acionam redes que podem ser convertidas em benefícios de diversas ordens; os menores, em geral informais, acumulam desvantagens acentuadas pelos processos de invisibilização do trabalho e da existência mesma desses grupos. O volume de produção nos grandes empreendimentos com consequente ganho de capital e de posição de poder como recurso

valorizado e gerador de reconhecimentos nas relações internas à economia não estão acessíveis às mulheres. As hierarquizações das atividades e o quadro de valores estabelecido sobre elas expõem os limites no interior das relações e práticas da Economia Solidária. Estes aspectos levantam as incongruências no tocante à manutenção das assimetrias de gênero e nos leva a perguntar se o lugar ocupado pelos Clubes de Troca, formados majoritariamente por mulheres, estaria informado pelo olhar gendricado que invisibiliza e desqualifica o trabalho feminino. Tal análise se processa a partir de nossa convivência com grupos de troca e de referências analíticas advindas do campo das teorias feministas e de gênero, bem como a partir das reflexões teóricas desenvolvidas dentro dos próprios escritos a respeito da Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Clube de Trocas, gendrificação, desigualdades.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the aspects of hierarchy and relationships gender process and access to means, the Exchange Clubs. Although enterprises linked to the Solidarity Economy share a certain set of values and practices proposed as democratic, it is possible to perceive the structure of hierarchies as to the values and importance of undertakings. The biggest move more capital,

directly impacting the family income. In addition, groups of larger networks trigger which can be converted into benefits of various orders; smaller, generally informal, pronounced disadvantages accumulate the invisibility of the work processes and the existence of these same groups. The volume of production in large enterprises with consequent capital gain position and power as a valued resource and recognition in the domestic economy generating relations are not accessible to women. The hierarchies of activities and the box set of values they expose the limits within relationships and practices of Solidarity Economy. These aspects raise the inconsistencies regarding the maintenance of gender differences and makes us wonder if the place occupied by the Exchange Clubs, formed mostly by women, would be informed by gendricado look invisibiliza and disqualifies women's work. This analysis proceeds from our coexistence with exchange groups and analytical references coming from the field of feminist theory and gender, as well as from theoretical considerations developed in the writings about the Solidarity Economy own.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Exchange Club, gendricação, inequalities.

1 | INTRODUÇÃO

A economia solidária, como uma construção e como institucionalização de conceitos e de práticas pensadas nas últimas décadas, produziu-se dentro do contexto das discussões e das experiências compatíveis com iniciativas de geração de renda e de promoção da cidadania. Essas experiências se inserem no campo das práticas que se pretendem possibilitadoras de novas formas de igualdade. Para tal, são produzidas estratégias e enunciados sobre ações que visibilizem e viabilizem novas construções em questões econômicas. No entanto, mesmo que estas relações com as práticas em economia solidária pretendam ser compatíveis com processos de emancipação da pobreza e que estejam inseridas na crítica à economia de mercado e ao modo de produção capitalista com sua subsequente dominação, elas guardam no seu interior uma profunda naturalização da divisão sexual do trabalho e produzem hierarquizações que são geradoras de desigualdades entre homens e mulheres no que se refere aos bens de maior valor na própria organização da economia, ou no que se refere ao valor das atividades desenvolvidas por mulheres, às quais se nega potencial emancipatório.

Estas questões nos colocam no centro de dispositivos que, como tantos outros, giram em torno de poderes e saberes institucionalizados e que se engendram como desigualdade entre os sujeitos homens e mulheres no que tange à velha e ainda presente divisão sexual entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. As atividades exercidas por mulheres são mantidas nas hierarquizações inferiores e sem acesso aos bens mais valorizados. Estas constatações nos colocam frente ao desafio de mostrar como estes caminhos de desigualdade de gênero estão se produzindo no interior das práticas da economia solidária. Portanto, para fins de explicitação dos objetivos deste texto, o estruturamos considerando os poderes e a organização que

ocorre por dentro das hierarquizações e dos valores produzidos nestas atividades e na sua estruturação, nas quais observamos processos de gendrficação desigual. A hierarquização dos empreendimentos é um dos sintomas da gendrficação desigual, ocorre quanto ao porte dos empreendimentos e a quem eles servem e pode ser constatada nos levantamentos estatísticos realizados a partir de 2005, bem como nas práticas por nós acompanhadas, como os Clubes de Troca e feiras de Economia Solidária.

Estas constatações nos levaram a desafiar o olhar sobre esta experiência e a fazermos perguntas a respeito de como se processam as relações de gênero no interior desta organização e frente ao modo como se organizam estes grupos, como se estruturam suas hierarquizações e seus valores e como se produzem valências desiguais de gênero.

A relevância deste foco se produz na medida em que ele nos remete às concepções a respeito de uma economia que se pretende solidária e emancipatória, mas que segue reproduzindo formas de desigualdade e assimetrias de gênero. Nosso olhar é analítico e partimos metodologicamente de dados estatísticos e da relação com os clubes de troca em seus contextos, bem como de uma perspectiva teórica posicionada como relacional, histórica e contextual, e que considera a experiência na economia solidária dentro da problematização sobre se ela constrói ferramentas e capacidades de agir para além das reuniões, das trocas e das relações de afeto e solidariedade imediatas, o que daria às mulheres melhores condições como sujeitos políticos.

Trata-se de confrontar analiticamente as relações de poder para repensar os esquemas binários de dominação/subordinação, que tendem igualmente a essencializar, homogeneizar e fixar cada um dos termos nas estruturas, sem perceber as complexidades do poder que se reinstituem de maneira desigual e sem considerar a formação de novas divisões sexuais e de gênero que se renaturalizam nestes processos, dificultando a cidadania, porque a ação se produz em quadros de desigualdades tendendo a reproduzir no interior das práticas ditas solidárias assimetrias presentes em outros espaços.

Referimos-nos objetivamente às dinâmicas que produzem os grupos e suas concepções: quem faz o pão e quem vende, no caso das padarias comunitárias, são pessoas diferentes, assim como são diferentes as lideranças que animam os grupos cotidianamente e as que representam esses mesmos grupos em reuniões com outros movimentos sociais, ou mesmo na função de coordenação interna do empreendimento. A distribuição da palavra, quem está habilitado a falar em nome do grupo, por exemplo, expõe parte dos processos de gendrficação que estruturam práticas e concepções desiguais e que refletem, por sua vez, tanto os caminhos classificatórios como as desigualdades.

Observamos como normalmente são atribuídos às mulheres os valores culturais ligados ao afeto e à solidariedade e que eles são vividos positivamente por elas dentro

da economia solidária, o que denota um importante processo de subjetivação útil a esta forma de organização e de engendramento de desigualdades na estrutura. Isto ocorre ao mesmo tempo em que elas não participam positivamente como potencial emancipatório do acesso aos bens, não só no sentido da troca, mas dos valores. Quando se trata dos grandes empreendimentos, elas não ascendem às mesmas condições na produção, na distribuição e no consumo. Igualmente, o que circula nos níveis mais baixos desta hierarquização, como nos clubes de troca, padarias comunitárias e feiras solidárias, onde se encontra maior número de mulheres pobres, é pouco rentável para fins de vida econômica, para as necessidades da família, ou do suprimento do necessário à vida cotidiana.

O valor da gestão, da administração, do controle e dos ganhos no grande empreendimento vem marcado por concepções de poder masculinas. “Competência masculina” e “fragilidade feminina” são noções amplamente utilizadas na gestão de mão-de-obra no mundo industrial, ainda que esta realidade tenda a mudar para muitos contextos. Mas estes aspectos e a possibilidade ou não de hibridizações das representações nos levam a indagar se também nos Empreendimentos Solidários os modelos gendricados estariam estruturando as práticas e suas expressões teóricas e/ou simbólicas de maneira binária e desigual para o conjunto dos processos.

Práticas estruturadas a partir de modelos gendricados estabeleceriam uma polarização ligada a valores de superioridade e inferioridade: altos e baixos escalões, trabalho considerados limpos ou sujos, trabalhos leves ou pesados, trabalho de valor ou de não valor social. Deste modo seriam mantidos referenciais de estrutura fixa, sustentados com valores e posições estereotipadas.

Os processos de feminilização da pobreza ancorados no binário produção/reprodução encontrariam também na Economia Solidária certa ressonância, não obstante estejam a emancipação e o exercício da cidadania entre os objetivos dos empreendimentos. A trajetória mesma de institucionalização desse campo, como apresentada na seção que segue, expõe os limites dessas iniciativas, quando se trata das relações de poder, legitimidade e reconhecimento entre os sexos para decisões, possibilidades de acesso a recursos que, de fato, contem no processo de democratização das relações entre os sexos.

2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CONTEXTO

Para compreendermos melhor como se dá o processo de institucionalização da Economia Solidária e de sua gendricação, é preciso refazer parte do caminho, especificamente o que está documentado. É certo que antes da expressão Economia Solidária ser difundida já existiam experiências coletivas de superação da pobreza e geração de renda. Contudo, como narra Eugênia Motta (2010), há um momento na conjuntura brasileira em que a expressão Economia Solidária é utilizada em âmbito nacional e os impactos de sua utilização ressoam na atualidade informando,

por exemplo, que tipos de empreendimentos são suficientemente relevantes para comporem um mapeamento nacional.

Segundo Motta (2010), Paul Singer teria sido o primeiro intelectual de projeção nacional a utilizar a expressão Economia Solidária em um periódico de ampla circulação em 1996¹ Em consonância com a conjuntura do país naquele momento Singer apresenta a Economia Solidária como uma saída possível e viável ao desemprego e às frustradas tentativas de transformar os desempregados em microempreendedores:

Para que a estratégia “microeconômica” de combate ao desemprego tenha êxito é preciso inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre os seus integrantes. A primeira manifestação de solidariedade deve ser a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor. Cada empresário da economia solidária gastará a receita de suas vendas efetuadas dentro do setor comprando de outras empresas pertencentes ao mesmo. Desse modo, os novos pequenos empresários contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios, que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam. [...] A economia solidária poderá de fato viabilizar uma segunda acumulação de capital, que reintegre a massa de desempregados à vida econômica, desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego. (SINGER, 1996).

Com orientações protecionistas e forte apelo ao papel do Estado, Singer ao mesmo tempo em que apresenta o que seria essa micro economia também discorre sobre algumas balizas: mercado protegido de concorrências externas e desiguais, utilização de moeda própria e mesmo competição entre as empresas, afim de estimular maior qualidade e diversidade nos produtos e serviços oferecidos. É claro que todos estes princípios não estavam considerando a importante divisão sexual do trabalho, já questionada para vários espaços da economia e da casa, por diferentes teóricas feministas. Estas teorias seguiram sendo pensados como contornos gerais e a partir de sujeitos universais. Seus principais pontos visavam: 1) a superação da crise e do desemprego via soluções macro econômicas que estariam impossibilitadas pela conjuntura global (balança comercial desfavorável; os países precisariam exportar mais que importar, porém o controle da inflação se dava naquele momento mediante importações em grande escala); 2) As saídas para o desemprego via empreendedorismo individual mostraram-se desastrosas; 3) O Estado teria papel central na criação e desenvolvimento dessa nova economia. O que viabilizaria essa nova estratégia seria o apelo à solidariedade, que para Singer estaria mais próxima a concepções socialistas do que religiosas:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos

¹ Jornal Folha de São Paulo, 11 de julho de 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opiniaio/9.html>>. Acesso em: 05 jun 2015

os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência o mesmo direito de voto em todas as decisões. Esse é o princípio básico. (SINGER, 2002, p. 9)

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual, aplicado ao capital e o direito à liberdade individual [...] a economia solidária é outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores do capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria a necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. (SINGER, 2002, p. 10)

Ainda que Paul Singer aproxime essa nova economia das experiências de cooperativismo do período pós-revolucionário inglês, o que se depreende do artigo de 1996 que apresenta a Economia Solidária ao grande público é que se tratava naquele contexto de criar um setor econômico “especialmente projetado”, novo, construído pelo poder público e apoiado por setores interessados no combate ao desemprego. Esta reflexão, contudo, faz-se sem alguma consideração pelas teorias que já haviam problematizado a noção de classe sem sexo e a divisão sexual do trabalho, que era ignorada nas clássicas teorias a respeito das classes sociais. A solidariedade e a igualdade não foram pensadas a partir do que significava ser homem e ser mulher no contexto do trabalho produtivo e reprodutivo, tampouco se levou em conta que quem de fato precisava distribuir a renda por meio da comida e suprir o cotidiano eram as mulheres. A cidadania e a democratização na relação de produção e reprodução não estava sendo pensada.

As concepções de Paul Singer rapidamente ganharam notoriedade, adesões e conseqüentemente legitimidade. Em 2001 durante a realização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM) criou-se o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que agregava 12 organizações de atuação nacional, que passaram a se reunir entre as edições seguintes do FSM. A partir do Grupo de Trabalho houve pressão política junto ao governo Lula (eleito pela primeira vez em 2002), para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o que ocorreu em 2003, subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Nome consensual entre as organizações que compunham o Grupo de Trabalho, Paul Singer foi indicado para assumir a pasta, sendo empossado em junho de 2003. Uma das primeiras medidas à frente da SENAES foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que ganhou status de expressão máxima do movimento Economia Solidária e atuava como interlocutor junto ao governo.

Uma das demandas para a formulação de estratégias de ação para a Economia Solidária era conhecê-la em suas múltiplas expressões no cenário nacional. A partir

de 2003, portanto, um mapeamento dos empreendimentos solidários começa a ser delineado. No ano de 2005, partindo de um primeiro levantamento dos empreendimentos em todo país, foi criado o SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária), um banco de dados que concentra as informações estatísticas dos mapeamentos já realizados.

De acordo com a SENAES foram realizados duas grandes coletadas de dados: a primeira entre 2005 e 2007, mapeando 21.859 empreendimentos e a segunda entre 2009 e 2013, que entre a retirada de empreendimentos que não mais existiam desde a primeira coleta e acréscimo de novos gerou uma base de dados com 19.708 empreendimentos .

Entre as publicações dos resultados dos mapeamentos está o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007) que, além de dados estatísticos, apresenta algumas definições do que pode ser considerado em Empreendimento Econômico Solidário (EES):

No âmbito do SIES, são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações:

a) coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ANTEAG, 2009, p. 18)

De acordo com o Atlas a Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são variadas e vão desde grupos informais, como Associações de Mães e Clubes de Troca, a grupos formalizados, como Cooperativas de Produção ou Crédito. Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário está a organização coletiva supra-familiar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados.

A partir da segunda edição do mapeamento entre 2009 e 2013 foram apresentados outros dados em parte compilados na obra *A economia solidária no Brasil*, por Luiz Inácio Gaiger em 2014. Os dados apresentados a partir da segunda edição aprofundaram e detalharam informações importantes sobretudo no tocante a composição dos empreendimentos, os contextos de emergência e as motivações para a manutenção dos mesmos.

Desde o primeiro mapeamento divulgado pela SENAES² (Secretaria Nacional de Economia Solidária,) e mais recentemente com a publicação dos dados da segunda edição, uma das informações que produziu maior desconforto se refere à participação masculina nos empreendimentos:

Tipo de empreendimento	Média nacional de participantes	Média de homens	Média de mulheres
Grupos informais	19 sócias/os	7	12,5
Associações	73 sócias/os	39	34
Cooperativas	249 sócias/os	169	80
Empresas mercantis	145 sócias/os	82	63

Fonte: GAIGER, 2014

Os homens comporiam majoritariamente os empreendimentos solidários conforme os dados acima. Essa informação tem produzido certo desconforto em função de um descompasso entre a percepção dos agentes e animadores presentes nos empreendimentos e o que os números apontam. Como indica Eugênia Motta (2010), e ainda de acordo com a percepção de participantes dos grupos que pesquisamos, a participação masculina no cotidiano dos grupos é residual, os homens seriam exceção.

Há uma ponderação no primeiro mapeamento quanto ao porte dos empreendimentos (a participação feminina seria majoritária nos grupos informais e com até 10 sócios)³, porém a metodologia de coleta e sistematização dos dados revela o caráter estrutural dessa hierarquização. Ainda que de forma não consciente ou deliberada os processos de institucionalização da Economia Solidária têm reproduzido assimetrias de gênero, ancoradas e naturalizadas através da forma como se organizam valores e poderes com valência diferencial e desigual para as mulheres.

Após o segundo mapeamento essa tendência se mantém, no sul do país, por exemplo, a média de homens participantes é de 77 para 40 de mulheres. Estes aspectos se tornam ainda mais visíveis quando se observa a hierarquização entre os grupos percebida a partir do último mapeamento⁴ publicado em 2014. Embora a economia solidária se oriente por princípios de autogestão, produção cooperativa e divisão equitativa de recursos e resultados, o que de fato configura-se é que na dianteira estão os empreendimentos que mobilizam maior número de participantes homens e, conseqüentemente movimentam maior volume de capital, na outra ponta estão os Clubes de Troca e as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que mobilizariam mais mulheres. Apenas no último mapeamento os EES cuja principal atividade econômica é a troca e bens ou serviços são visibilizados de forma mais

2 Boletim informativo da Senaes divulgando nova base de dados 2013. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

3 Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. p. 39.

4 GAIGER, Luiz Inácio. A Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014

específica correspondendo a 2,2% do total de empreendimentos⁵. Esta hierarquização estrutural também revela importante gendrificação em termos de divisão sexual do trabalho no que tange à autogestão e à divisão equitativa de recursos com participação desigual para homens e para mulheres.

Os resultados do segundo mapeamento associados a pesquisas de caráter qualitativo permitem observar o que denominamos de feminilização do cuidado. A partir das novas coletas de dados realizadas entre 2009 e 2013 a participação de mulheres e homens nos empreendimentos pôde ser detalhada: “a presença de EES de grande porte na região sul, aliada a padrões culturais que mantém os homens como representantes das famílias associadas aos EES, explicaria a disparidade entre médias de homens e mulheres, respectivamente 77 e 40.” (GAIGER, 2014, p. 49). Os dados estatísticos reafirmam o que pesquisas qualitativas já apontavam, as mulheres são presença predominante nos grupos urbanos e informais em todas as regiões do país. Além de inseridas em grupos economicamente frágeis a insuficiência de aparatos públicos para a socialização do cuidado reforça a necessidade das mulheres buscarem arranjos através de redes de apoio uma vez que em apenas em 7% dos casos os companheiros das participantes dos EES se encarregam da atenção aos filhos ou outros familiares (GAIGER, 2014, p. 73).

Os grupos informais nos quais sobressai a participação feminina são também os de maior precariedade econômica e sua emergência está ligada ao contexto econômico Latino Americano em especial na década de 90. Destacam-se entre eles os chamados Clubes de Troca. A partir de 1990, na Argentina, e do ano 2000 no Brasil, em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda, alguns grupos organizaram-se para trocar produtos e serviços, utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Iniciados em Curitiba, a partir de 2001, os primeiros Clubes reuniram mulheres que faziam parte principalmente das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Alguns párocos e assistentes sociais ligadas à Igreja Católica incomodados com a prática meramente assistencialista da doação de cestas básicas procuraram o CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo), organização não governamental que atuava na criação e animação de grupos de Economia Solidária (Clubes de Troca e Padarias Comunitárias) a fim de buscarem assessoria quanto as alternativas possíveis.

A ideia inicial era que a distribuição de cestas básicas, absolutamente necessária, estivesse vinculada à participação no Clube de Trocas. Em princípio, os participantes trocariam objetos que não interessassem mais, porém gradativamente eram motivados a levar algo de produção própria: artesanato, pães, bolos, produtos da horta.

Com variações no número de participantes e mesmo na quantidade de grupos, há alguns elementos recorrentes: o perfil das participantes é de mulheres acima de

5 Id., 2014, p. 33

35 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem colocação no mercado formal de trabalho. Elas contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

Entre os grupos em funcionamento está o “Nova Semente”, localizado na região metropolitana de Curitiba, no município de Almirante Tamandaré. Criado em 2007 e, assim como outros grupos, passou por momentos de esvaziamento e interrupção das atividades, mas manteve-se com um núcleo constante de aproximadamente seis participantes, chegando a 25 membros, com a participação flutuante.

Mesmo nos períodos de maior adesão ao grupo a participação masculina foi residual, apenas dois homens. Entre as mulheres a faixa etária concentrou-se em torno dos 40 anos, a maioria delas sem ocupação no mercado formal de trabalho. Durante o período mais intenso de observação, apenas uma das participantes estava empregada formalmente. Uma estava aposentada por problemas de saúde e as demais se ocupavam dos cuidados domésticos, tomando conta de netos sem vagas em creches ou ainda trabalhando como empregadas domésticas diaristas.

Do ponto de vista do funcionamento, o grupo segue uma espécie de base comum a todos os grupos: os encontros são periódicos, nesse caso quinzenais. Há um estatuto estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada todas apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística, no qual é proposta alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. Os participantes novos, em geral mulheres, são apresentados, há encaminhamentos práticos quanto às atividades do grupo, que são: produção de artesanato, comercialização dos produtos. Durante os encontros realizam-se as trocas dos produtos por moeda social, há um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento, no qual sempre acontece uma avaliação do encontro.

Ainda que seja recorrente entre os relatos o reconhecimento do grupo como um importante espaço de convivência e sociabilidade, o momento das trocas é certamente o mais aguardado. Há um trabalho intenso no sentido de motivar as participantes a trazerem para as trocas itens produzidos por elas, desde itens de artesanato até bolos e afins, que possam ser consumidos durante o encontro. No entanto, os itens alimentícios são de maneira geral os mais cobiçados durante as trocas, sendo os primeiros a serem esgotados. São trazidas hortaliças, temperos, algumas vezes frutas cultivadas no quintal e itens da cesta básica que porventura não tenham sido consumidos em casa. O segundo item a se esgotar depois dos alimentos são as roupas

e os calçados usados, seguidos por utensílios de uso doméstico e pessoal.

Como é possível perceber, os objetos de troca e a hierarquia das trocas são informadas diretamente por uma noção de cuidado com os filhos, com a casa, com a reprodução cotidiana da vida. Impossibilitadas de acessar o mercado formal de trabalho, em função da pouca escolarização e/ou qualificação, e sujeitas à instabilidade do trabalho como diaristas, por exemplo, as mulheres acabam se utilizando do grupo e das trocas como meio para suprir necessidades básicas emergenciais. Em um dos grupos, quando instigadas a refletir sobre a importância e relevância dos Clubes de Troca, uma das participantes afirmou: “eles fala que é insignificante, mas eles não sabe o que é uma mãe que não tem o que colocar direito na panela e chega do grupo pode dar um doce pro filho, tem uma verdura pra janta.” (Andreia, Clube de Trocas São Tiago). A percepção da estruturação gendrificada na constituição da economia solidária como um todo, se evidencia aqui nos processos de feminilização da pobreza nos Clubes de Troca.

Embora não sejam abundantes os registros disponíveis a respeito da origem dos Clubes em Curitiba e região deixam entrever que os grupos não surgiram espontaneamente, mas foram motivados especialmente por animadores, homens e mulheres, vinculados ao Cefuria e a pastorais sociais da Igreja Católica. Essa origem poderia explicar em parte a grande oscilação dos grupos em funcionamento atualmente. Já foram 47 e hoje restam 8 grupos atuantes. Desde o ano 2000, a escassez de recursos materiais restringiu as atividades do Cefuria que não dispunha mais de animadores que pudessem estar presentes em todos os grupos ou de recursos para subsidiar, por exemplo, o deslocamento de participantes às reuniões de animação ou outros eventos. Além disso, muitas doações que eram encaminhadas aos Clubes, como as cestas básicas, também foram interrompidas, assim como foram retirados apoios dados por paróquias que emprestavam salas para os encontros. Diante desse cenário poucos grupos conseguiram se manter em funcionamento.

Essas reflexões vão ao encontro de algumas inquietações acerca do objeto deste artigo, a saber, o modo como a estruturação da Economia Solidária reproduziu e tem reproduzido assimetrias, em especial de gênero. Quando, nas primeiras formulações publicadas por Singer que, conseqüentemente, informaram as estratégias de ações da SENAES, se delineia com clareza a orientação pelo consumo (produção e circulação de bens) como centro dessa nova economia, é possível entrever como o processo de institucionalização da Economia Solidária negligenciou experiências orientadas por outras lógicas, que deixaram de receber, não apenas atenção, mas principalmente recursos.

Os Clubes de Troca são apenas mencionados no Atlas nacional sem qualquer informação mais detalhada sobre sua atuação e qual relação eles desempenham junto a seus participantes e as comunidades onde estão inseridos. Como já relatado, recebem maior destaque os empreendimentos formais de maior porte e com maior movimentação financeira, revelando o que está apenas tacitamente estabelecido

entre os movimentos sociais e empreendimentos solidários: a relevância econômica informa o lugar e o status do grupo e esconde a gendrficação desigual para homens e mulheres.

Entre as explicações para o quase desaparecimento desses grupos das informações estatísticas está o processo de construção dos mapeamentos de empreendimentos solidários. Os registros disponíveis que poderiam contribuir para a compreensão do caminho de institucionalização da Economia Solidária não nos permitem delinear com clareza as razões pelas quais os pequenos grupos foram sendo invisibilizados. No entanto, questiona-se até que ponto, as abordagens macro como pressupostos das pesquisas de mapeamento contribuíram para uma dupla invisibilização: estes grupos não aparecem porque são pequenos e porque seriam grupos de mulheres.

As tensões se deram antes mesmo da primeira ida a campo para aplicação dos questionários em 2005, quando membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) apontaram para as limitações da definição de EES. Segundo os críticos dessa definição, os critérios de viabilidade e sustentabilidade econômica trazidos ao centro deixariam a solidariedade em segundo plano, deixando de fora, por sua vez, grupos que não têm na movimentação de capital sua centralidade, em especial Clubes de Troca.

O papel desempenhado pelos Clubes de Troca ultrapassa e transcende à troca de produtos frente à precariedade monetária, como já apontam outros estudos (MACHADO, 2012). Sua atuação no restabelecimento de sociabilidades primárias tem como resultado não apenas a mitigação da miséria absoluta, mas o estabelecimento de redes de proteção que incluem o combate à fome, mas compreendem também o combate à violência contra a mulher, a proteção da velhice e da infância e um espaço de reconhecimentos mútuos.

Neste ponto se encontra um dos limites da Economia Solidária. Defendida como uma estratégia para vencer o desemprego, ela atua pouco e de forma incipiente na qualificação de seus membros. Os instrumentos de capacitação produzidos a partir dos Empreendimentos e das Redes são insuficientes para desconstruir uma das máximas do capitalismo neoliberal, segundo a qual cada um deve ser o empreendedor de si mesmo, qualquer sucesso ou fracasso é creditado unicamente ao (de) mérito de cada um. Nos Clubes de Trocas, por exemplo, a maioria das participantes são mulheres que não conseguem colocação no mercado formal de trabalho por um acúmulo de fatores: pouca escolaridade, ausência de qualificação profissional, idade considerada avançada para o mercado, etc. O estabelecimento da viabilidade econômica como critério central para a filiação à Economia Solidária pareceu-nos reproduzir o *modus operandi* do mercado em suas expressões mais atuais e também mais perversas. Os resultados de produção e faturamento definem quais são as experiências consideradas empreendimentos de fato, conferindo-lhes legitimidade, reconhecimento e o acesso a recursos diversos para sua manutenção.

Segundo essa perspectiva, quando se trata da participação das mulheres nos Clubes de Troca pouco importa se o que se troca é o mínimo necessário à mitigação da pobreza extrema. A produção de bens subordina a reprodução da vida. Relegar essas práticas à irrelevância e conseqüentemente à invisibilidade não as promove em termos profissionais e sociais, tampouco propicia condições para emancipações; ainda que atuem como suporte moral e afetivo, os grupos não conseguem produzir mudanças efetivas nas condições de pobreza. O binarismo público/privado classificando trabalhos relevantes e irrelevantes ancora-se, como demonstraremos a seguir, na noção de produção e reprodução, que se impõe não apenas como um limitador teórico, mas, sobretudo das práticas engendradas no interior dos empreendimentos, promovendo, quando muito apenas emancipações parciais ou o exercício de uma cidadania regulada, mediada por interlocutores tidos como mais capazes, portanto mais legítimos.

3 | PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

O processo de institucionalização da Economia Solidária como demonstrado acima desembocou no que consideramos um processo de invisibilização do trabalho de determinados setores, em especial os Clubes de Troca, não apenas em função do escasso impacto econômico das trocas, mas, sobretudo, por se tratar de um trabalho desempenhado majoritariamente por mulheres. Como já referimos, a Economia Solidária tem certamente se erigido em uma importante alternativa à pobreza, mas tem se prestado também a reproduzir assimetrias de gênero.

As formulações teóricas que ora são informadas pela prática, ora a informam, acionam noções binárias como produtivo/improdutivo, público/privado, relevante/irrelevante, que em nada contribuem para o tensionamento das fronteiras do antagonismo que consideramos estrutural e estruturante dessa lógica, o binário produção e reprodução. A divisão sexual do trabalho presente também nos empreendimentos solidários não apenas remonta como reforça a clássica divisão do trabalho entre quem produz bens, riqueza, etc., e os que estariam apenas destinados à reprodução da vida. Acionar a ideia de complementariedade das funções e papéis sociais, além de simplista, reafirma o histórico processo de invisibilização e desqualificação do trabalho feminino.

A ausência de narrativas sobre mulheres e de mulheres é um exemplo desse processo de invisibilização que assistimos se repetir no contexto da Economia Solidária. Há poucos registros sistematizados das experiências dos Clubes de Troca, experiências de mulheres, nada analisando o lugar que estes clubes ocupam na Economia Solidária e de como neles se reproduzem noções de trabalho reprodutivo e doméstico, de pouco valor social e menos ainda valor econômico, se contraposto à clássica divisão conceitual e prática em termos de estruturação do trabalho produtivo e reprodutivo. Embora se avolume o acervo a respeito de empreendimentos solidários, o foco nesses casos recai sobre o econômico, raramente sobre o “solidário”, em

geral associado ao caritativo, paliativo, feminino. As tentativas de outras abordagens se colocam, procurando tomar a perspectiva dos sujeitos envolvidos, os critérios modernos de cientificidade alocam esses estudos no campo do peculiar, do micro sociológico que significa o mesmo que irrelevante segundo a perspectiva dos macro discursos universalizantes.

Na economia política, por exemplo, a construção do conceito de trabalho atuou fortemente na invisibilização do trabalho feminino, ao considerar socialmente útil, porque produtor de mais valia, apenas o trabalho na esfera pública (ADELMAN, 2004, p. 98). Segundo nossa hipótese, esse limite teórico-epistemológico estaria na base da invisibilização e da subalternização dos Clubes de Troca na atualidade. Ao não centrarem sua atuação na produção de bens e circulação de capital, somado e agravado pelo fato de serem feitos por e para mulheres, acionariam formas de trabalho invalidadas tanto pelas lógicas mercantis quanto para as leituras macro sociológicas.

Desta forma, algumas teóricas como Karen Sacks se desafiaram a revisitar obras clássicas, no intuito de buscar outros caminhos explicativos que dessem maior fôlego ao repertório teórico clássico. No entanto, o esforço empreendido revelou de forma clara os limites de leituras que ignoravam o caráter *sui generis* das relações entre homens e mulheres, reinserindo-as reiteradamente no contexto dos meios de produção.

Sacks (1979) reúne pontos chave trabalhados por Engels, em especial na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, sobre a igualdade sexual das sociedades pré-classes e sobre como a igualdade teria sido minada pelas mudanças do trabalho feminino e pelo crescimento da família como unidades econômicas. A autora reinterpreta a terminologia de Engels e a emoldura no contexto das sociedades sem classe, apresentando dados etnográficos, como reconstrução histórica, para ilustrar a ênfase dada por Engels à importância do trabalho público para determinar o status social feminino e como a realização destes trabalhos considerados públicos serviram para informar e modificar ideias sobre a mulher como adulto.

A autora sugere ainda que as sociedades de classes usaram a família para circunscrever e subordinar a mulher, mesmo levando em consideração outros elementos, discordando de Engels que coloca na propriedade privada a origem da desigualdade entre os sexos. A autora propõe ampliar o conceito de trabalho social para incluir qualquer trabalho feito – isolado ou como parte de um grupo – para consumo ou apropriação de alguém de outra família. As organizações de trabalho podem envolver participação no grupo de trabalho cooperativo, um trabalho tributário para o chefe, impostos e uma criação coletiva de gado. A produção para troca também se expandem, em todas as sociedades as pessoas se presenteiam e o receptor se encontra na obrigação de retribuir. Se não puder retribuir em bens o fará em trabalho. Ou seja, é mais do que propriedade privada, a divisão sexual do trabalho existe também em sociedades (clônicas, tribais), que não tem a noção de propriedade.

Tributária da sua filiação teórica e revistando a obra de Engels, a autora retoma a divisão do trabalho, a partir das classificações em produtivo e reprodutivo, doméstico e

público, a fim de demonstrar as relações entre a posse de bens com potencial produtivo e o status de maioria social ou tutela, conforme a posse ou não desses bens, antes mesmo da constituição das sociedades capitalistas; além de evidenciar que a retribuição em forma de trabalho dá a uma das partes a possibilidade de subordinar o poder de trabalho dos outros para seus fins.

A divisão sexual do trabalho, portanto, não pode ser pensada apenas pela perspectiva da classe; ela se funda sob a ordem moral, impressa pela cultura, produzindo valor social diferenciado para trabalho feminino e masculino. Além disso, como afirma Elizabeth Lobo (1991, p. 117), a homogeneização da classe é uma abstração, apenas um recurso teórico que não raro se converte em armadilha teórica, se pensarmos, por exemplo, que não se sustenta etnograficamente o argumento de Engels da igualdade entre os sexos em sociedades pré capitalistas.

Não obstante a tradição marxista esteja ancorada na crítica à propriedade privada como origem das desigualdades, Engels afirma em um velho manuscrito inédito (*L'ideologie Allemande*), escrito por Marx em 1846 que a “primeira divisão do trabalho é aquela entre homem e a mulher para a procriação. Poder-se-ia acrescentar: a primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento conjugal e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino (ENGELS, 1954, p. 64-65, apud SAFFIOTI, 1997, p. 147).

Engels utiliza o conceito oposição de classe para falar de opressão no casamento conjugal, que ele localiza na relação com a monogamia e com a propriedade privada:

[...] a divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos: ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade. (FERNANDES, 1984, p. 198).

Ao tratar da Grécia antiga, Engels acrescenta:

Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e a mulher na monogamia: e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessas sociedades. (ENGELS, 1987, p. 70-71).

Para Tabet (2005), é na posse e controle sobre instrumentos de trabalho que se situa o histórico subequipamento feminino que dificultou o trabalho das mulheres, comprometendo o uso do tempo e todas as suas consequências. Ter ferramentas e tecnologias adequadas, segundo a antropóloga Tabet, é uma relação orientada e assimétrica, fundada no domínio de gênero e de classe. Ter menos instrumentos e menos técnica significa maior tempo de trabalho para a realização das tarefas, o que estabelece um menor tempo de lazer ou mesmo de descanso, tempo indispensável para qualquer progresso. Esta expropriação de seu tempo constituiria um aspecto fundamental da exploração das mulheres. Desta forma, Tabet afirma que se faz necessário analisar a divisão sexual do trabalho como uma relação política entre os sexos. Os impactos do subequipamento das mulheres em relação à posse dos instrumentos repercutiram em outras esferas: enquanto a um sexo foi destinado o mundo, o poder sobre as coisas, a outro, às mulheres, coube apenas o parco controle sobre o próprio corpo.

Para Joan Scott (1994), os debates do século XIX apresentaram uma história causal acerca da Revolução Industrial, localizando a fonte do problema na transferência da produção do lar para a fábrica. A representação do artífice especializado como masculino oculta as diferenças entre mulheres e homens. Ocultando-se as diferenças de formação, estabilidade e duração de emprego, ocultam-se os padrões irregulares e as mudanças de emprego entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino. Para a autora, o sexo é a única razão para as diferenças entre homens e mulheres. A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um efeito que sublinha as diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres. A consequência é que se legitimam e institucionalizam essas diferenças como base para a organização social, alimentando, por sua vez a opinião médica, científica, política.

A identificação do trabalho feminino com certo tipo de emprego e como mão de obra barata foi formalizada e institucionalizada de várias maneiras no século XIX, convertendo-se em senso comum. A legislação assegurava, por exemplo, que as mulheres eram dependentes e que as assalariadas eram um grupo insólito e vulnerável em certos tipos de empregos.

A economia política, por sua vez, preconizou que a noção de salário de um homem tinha que ser suficiente não só para sua própria subsistência, mas também para manter uma família, de outro modo a *raça* dos trabalhadores não podia durar. Pelo contrário, do salário de uma esposa não se esperava mais do que o suficiente para o seu próprio sustento. Esse pressuposto foi alargado para todas as mulheres, mesmo as que não eram casadas. Alguns teóricos diziam que o salário das mulheres deveria se manter baixo porque elas contavam com o apoio familiar; em consequência disso as mulheres solteiras que viviam longe dos seus lares e que não contavam com apoio familiar eram pobres. (SCOTT, 1994, p. 456 - 457)

Estes elementos embora dialoguem diretamente com o par produção/reprodução,

não estão descolados das questões acerca das funções da maternidade e que estão se constituindo a partir desse cenário; somam-se também às discussões sobre as bases da ciência e da sociedade moderna. Nesse contexto, as mulheres que pertenciam às camadas abastadas não só reivindicavam a sua liberdade para o uso da razão, mas também espaço no mundo das reflexões políticas, filosóficas e científicas. Já as mulheres que pertenciam às camadas subalternas usavam como prerrogativa da liberdade de pensamento, na maioria das vezes, a sua inserção na marginalidade, cujas funções sociais eram reservadas às prostitutas, criminosas, feiticeiras e amotinadoras.

O doméstico, para a mulher pobre, transforma-se numa possibilidade de trabalho. Ela não é livre no seu corpo, nem em sua vontade de instruir, nem em seu destino e, a cada novo momento, cruza com um conjunto de regras que se encerram e que se articulam num domínio coletivo, que a circunscreve severamente dentro de um jeito de ser, num papel que lhe é atribuído. Está inscrita no interior de uma hierarquia social, que recorta de forma drástica a sua paisagem com a dupla limitação, a do sexo e a do grupo social de sua origem.

Segundo a perspectiva de Sandra Harding (1993), o marxismo acaba por reproduzir práticas e representações iluministas que negavam explicitamente qualquer traço de racionalidade às mulheres, elas podiam ser objeto da razão, mas nunca seus sujeitos. Ao reformular essa premissa, o movimento feito pelo marxismo é de substituição da burguesia (homens, brancos, heterossexuais) pelo proletariado, classe na qual as mulheres nunca foram vistas como membros de pleno direito; o trabalho da mulher diluía-se na classe tornando-as invisíveis.

Não caberia, portanto, ao capitalismo a invenção da subordinação feminina, mas seria necessário perguntar como este representou um acirramento dessa subordinação, perguntar como dinâmicas específicas acionam elementos estruturais. Para Harding a experiência social dos homens e da burguesia, experiência que por sua vez informa a produção do saber, ocultou a natureza política das relações sociais, vistas como naturais (1993).

Novamente, nos aproximamos das leituras feitas dos empreendimentos solidários que tomam a relevância dos mesmos a partir de seu potencial econômico na geração de renda. Não desprezamos o impacto do empoderamento feminino via acesso à renda, contudo o olhar lançado a esses grupos não pode se ater apenas ao potencial econômico.

Há desigualdades e assimetrias que se sobrepõem, a de renda é uma delas; mas precisamos aprofundar a análise, introduzindo outras imbricações como sexo e raça. Olhar os grupos como são, de fato, em suas especificidades, evitaria que incorrêssemos no risco de desperdiçar uma importante experiência, no sentido do empoderamento feminino via construção, retomada e reconstrução das identidades individuais femininas e do reconhecimento de seu potencial enquanto coletividade.

O que pretendemos demonstrar é que os processos de institucionalização de Economia Solidária têm desde sua origem operado a partir do binário produção/

reprodução. Ao definir o que são empreendimentos solidários, com ênfase na viabilidade econômica, são produzidas hierarquizações que se refletem nas condições que cada empreendimento terá para se manter em atuação. Os empreendimentos considerados produtivos possuem entre outros elementos existência jurídica, são associações formais, com CNPJ; só esta condição já permite que se participe de concorrências, editais, etc. Aos demais cabe a tarefa da reprodução, e como esta seria uma tarefa “natural” não necessita de atenção ou mesmo recursos, a “natureza” seguiria seu curso... .

Como um círculo vicioso, ao definir o que é empreendimento solidário, parte-se de um tipo ideal, aos que mais se aproximem desse modelo são conferidos reconhecimento e recursos. Os que diferem do padrão não recebem recursos materiais e/ou humanos, dificultando por sua vez estratégias de mobilização e manutenção dos grupos.

Cabe aqui retomarmos algumas contribuições de Tabet para elucidar o que chamamos de círculo vicioso. Durante as pesquisas de campo, um fio condutor percorreu os relatos das entrevistadas: “eu não sabia falar, depois que eu entrei no troca eu aprendi”. O reconhecimento da fala como certa ou errada, ou ainda o saber quando e o que falar passavam pelo masculino: o pai, o marido ou mesmo os filhos que estudaram um pouco mais, sendo a legitimidade atribuída pelo outro sempre em uma relação assimétrica.

Em um exemplo citado por Tabet sobre as mulheres dugum dani (2005) a autora lembra como essas mulheres têm seus dedos cortados, impedindo que manejem armas ou instrumentos mais sofisticados. Como um círculo vicioso: cortam-se seus dedos para que não manejem instrumentos e alega-se que não podem manejá-los porque não possuem os dedos necessários para tal. Traçamos este paralelo com a fala e o saber falar nos Clubes de Troca e suas repercussões.

A fala no espaço doméstico considerada fala subalterna, os relatos de interditos impostos pelos maridos, patrões e mesmo filhos permitem entrever os processos segundo os quais essas vozes foram reduzidas a sussurros. Assim como as mulheres dugum dani, que têm seus dedos cortados, as mulheres do Clube de Trocas têm sua fala cerceada, não lhes é reconhecida a legitimidade do falar; portanto, quando remetidas a instâncias de participação cívica é preciso que outros falem por elas, já que “não sabem falar”.

O saber e sua posse obedeceriam à mesma lógica binária que sustenta a divisão sexual do trabalho, justificando-se a partir de elementos retirados da biologia e invocando um suposto ordenamento natural. O par natureza e cultura reforçaria a lógica da complementariedade, concepção esta presente, ainda que de outras formas, nos clássicos da sociologia no século XIX.

As dinâmicas históricas ou socioantropológicas demonstram como a divisão sexual do trabalho estava, de diferentes modos, sempre presente em diferentes sociedades e como foi considerada natural por alguns clássicos como Durkheim, ou o próprio Marx. Os estudos antropológicos demonstram ainda, por meio de etnografias,

como a divisão sexual do trabalho em relação principalmente aos aspectos da fecundação e da reprodução foram os primeiros pilares de dominação constituidores da divisão sexual do trabalho sob padrões de desigualdade.

Segundo Hèrétier, a apropriação e o controle da fecundidade das mulheres, o confinamento das mulheres no papel de amas, facilitado pela dependência alimentar da criança, foram acompanhados pela criação de um saber – fazer técnico especializado – isto é, o uso exclusivo pelo sexo masculino de certas técnicas que necessitam de uma certa aprendizagem real ou falsa, mas que em nada explica que a elas seja negado o acesso.

A ideia de complementaridade que emerge desse modelo de divisão sexual do trabalho reitera o modelo dos papéis sexuais. Nesta complementaridade não está em discussão a vida pública, mas a noção de conciliação, como uma artimanha do privado, para manter o privado como está. Esse mecanismo de conciliação entre vida profissional e vida familiar não acrescenta muito à emancipação das mulheres, pois recai sobre elas esta necessidade de adaptação, resultando na dupla ou tripla jornada. É desta forma que se mantém o modelo tradicional de homem/provedor e mulher/dona de casa em tempo integral. Embora tal conformação tenha sofrido não apenas um declínio, mas também uma modificação, muitas famílias ainda entendem subjetivamente o homem como a pessoa de referência na casa, mesmo quando ele não é o único, o principal, ou nem mesmo um dos provedores.

A partir do desafio de trazer à tona as especificidades do feminino não apenas nas relações de trabalho, na seção que segue trataremos dos processos de invisibilização do feminino, de forma especial as participantes dos Clubes de Trocas, e a importância da retomada da categoria mulher no sentido de estratégia política em um campo de saberes e experiências em disputa.

4 | INVISÍVEIS OU INVISIBILIZADAS?

As lacunas históricas a respeito do papel das mulheres e as abordagens pouco preocupadas com as especificidades das assimetrias de gênero veem-se refletidas na atualidade em produções como o Atlas de Economia Solidária. Ainda que não se apresente de maneira clara e detalhada a metodologia utilizada em sua composição, é possível confrontar e questionar os dados apresentados a partir de outros materiais produzidos sobre os empreendimentos solidários, em especial sobre os Clubes de Troca.

No Paraná e de forma mais específica em Curitiba e região metropolitana, os Clubes estão articulados em forma de rede, Rede Pinhão, que se reúne periodicamente, para animar os grupos, preparar atividades comuns e organizar a participação dos grupos em instâncias estaduais e nacionais. Desde a experiência da Rede Pinhão foram produzidas sistematizações das experiências como a obra já citada, “Clube de Trocas: rompendo o silêncio” (CARNEIRO, 2011).

Além do histórico dos Clubes de Troca na região, são apresentados dados que contestam de forma efusiva a informação do Atlas referente à participação de homens e mulheres. Nos Clubes de Troca, a participação masculina é residual, constatação que se estende a outros empreendimentos da região, como padarias comunitárias presentes em diversos bairros, inclusive na região metropolitana.

Partindo dessas constatações, nos aproximamos de algumas reflexões acerca do lugar das mulheres na Economia Solidária, que em pouco diferem do lugar historicamente atribuído às mulheres, especificamente na modernidade. Rita Felski, por exemplo, em sua obra *The Gender of Modernity* (1995), chama a atenção para a importância simbólica do lugar atribuído às mulheres nas representações literárias sobre o feminino e o masculino.

Ora como catalisadora dos perigos, ora como signo das promessas da modernidade, a mulher foi retratada frequentemente como um “outro” reprimido e não-racional. O sujeito da história é sempre masculino, referencial que informou não apenas a literatura, mas um vasto campo de produção sociológica como a tradição dos estudos marxistas, por exemplo.

Na condição de objeto, à mulher cabe a assistência passiva da história construída pelos homens; ou seja, além de estarem excluídas das instâncias de poder formal ou informal, o lugar ocupado pelas mulheres foi gradativamente invisibilizado.

Na obra *As mulheres ou os silêncios da história*, Michelle Perrot reforça essa constatação, ao retomar historicamente a inviabilização do feminino; os registros, quando os há, partem não de mulheres singulares, mas da mulher como entidade coletiva sobre a qual se conformam as convenções.

Perrot ao tratar, por exemplo, das cartas trocadas entre as filhas de Karl Marx, ao mesmo tempo em que reconhece certa “sorte” em relação a outras mulheres do universo vitoriano, impossibilitadas de serem burguesas, substituíam a leitura de folhetins por escritos de Hegel - destaca que elas nunca alçaram outros papéis que não os de boas esposas e colaboradoras, única promoção consentida por seus esposos de esquerda.

Esse estado de tutela que perpassa a modernidade torna seu enfrentamento mais complexo. Se antes a figura de autoridade tinha um rosto masculino, o rosto de Deus, com o advento do Iluminismo a face da opressão dissimula-se em práticas discursivas que acionam a fraternidade, igualdade e liberdade como princípios, sem contudo efetivar esses princípios. Não se trata do pai controlador, mas de um irmão que, sob o discurso da igualdade, mantém encobertos o desejo e a agência do Outro.

Essa experiência foi fortemente vivenciada no âmbito do Clube de Trocas Nova Semente. Ao longo dos períodos de observações e tomando as entrevistas em seu conjunto, a preocupação com o “saber falar” foi recorrente. Quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois da entrada no grupo, a grande maioria de mulheres das mulheres relatou que “aprenderam a falar”. A fala no espaço doméstico nem sequer foi considerada um saber, os relatos de interditos impostos pelos maridos, patrões e

mesmo filhos reduziam essas vozes a sussurros. O grupo, no entanto, constituiu-se como espaço no qual o saber e a experiência vividos poderiam ser traduzidos em fala legítima correspondida com escuta atenta.

Ao problema da subalternização da fala das mulheres, Luis Felipe Miguel aponta os processos de conscientização como passo importante no sentido de tensionar o campo e forçar as redefinições de seus limites.

Adriana Piscitelli oferece contribuições importantes em seu artigo “Re-criando a (categoria) mulher?” (2001). Para a autora, ainda que gênero ofereça um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre masculino e feminino no cerne das hierarquias, também incorrem no risco de diluir politicamente seus sujeitos, na medida em que perderia de vista imbricações entre classe, etnia, nacionalidade. A busca radical pela desessencialização resultaria na desestabilização da categoria mulher, necessária para teoria e política feministas.

Retomando convergências e divergências nos movimentos teóricos e políticos feministas, Piscitelli reforça que, embora houvesse dissensos, alguns pontos comuns davam consistência ao movimento: a compreensão da subalternização feminina, as origens históricas da desigualdade e a possibilidade de desconstrução desse cenário.

Na tentativa de desconstruir a subalternização feminina, a retomada da categoria mulher remontaria às raízes do movimento feminista radical, contribuindo para diferenciar o feminismo dos movimentos de esquerda que incorriam no equívoco de tomar a produção como força motriz da sociedade e o sexo como contradição secundária.

Além disso, tomar a categoria mulher como coletividade e porta de entrada para compreender a diferenciação sexual, mais que reificar universalizações, ancoraria esforços nas semelhanças e menos nas diferenças entre as mulheres, empenho necessário na disputa de capital econômico, simbólico e político.

Desta forma, segundo Adriana Piscitelli, a retomada da categoria mulher requer atenção à historicidade, exige a aceitação de seus sentidos provisórios, dados através de redes complexas de características não pressupostas, mas descobertas. Do ponto de vista teórico, a retomada da categoria mulher cumpriria uma dupla função: dar sustentação e visibilização às experiências de mulheres, vividas no âmbito da Economia Solidária e sistematizadas academicamente e, politicamente, reforçar a ação dessas mulheres como coletivo, reivindicando sua cidadania política. Para a Economia Solidária, o desafio seria tensionar as fronteiras entre produtivo e improdutivo, de maneira a distribuir com mais equidade, não apenas o olhar, mas também os recursos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acúmulo teórico crescente acerca da Economia Solidária, somado ao acompanhamento de alguns empreendimentos de forma mais sistemática e analítica, possibilita entrever potencialidades emancipatórias e de acesso à cidadania construídas

desde a base, a partir dos sujeitos que se convertem gradativamente em agentes. No entanto, qualquer movimento na direção de emancipações possíveis exige que os passos dados sejam informados pelo recorte de gênero. A pobreza e os sofrimentos físicos, psíquicos e emocionais que dela derivam são sentidos de maneira muito diferente por homens e mulheres.

A naturalização dos binários público/privado, produção/reprodução precisa ser desconstruída, sob pena de continuar formando e informando teoria e prática. Os processos que culminaram na definição do que sejam empreendimentos solidários lamentavelmente se valeram de modelos teóricos e epistemológicos que há muito não dão conta da complexidade de arranjos e relações tecidos pelas mulheres e homens participantes da Economia Solidária. Ao se ancorar a validade dos grupos em sua sustentabilidade econômica produziu-se o acirramento das assimetrias convertidas em desigualdades de condições para o acesso a recursos materiais e simbólicos.

A feminilização da pobreza nesse caso passa pela invalidação de determinadas formas de trabalho especificamente as associadas ao cuidado, à reprodução da vida, ao doméstico, à mitigação emergencial da miséria. Como ondas que se irradiam a partir de um centro, a invalidação do trabalho repercute na invalidação da fala, do saber, da existência mesma.

A representação de si como alguém que “não sabe falar”, carregada como um estigma, está sedimentada sobre um longo processo de silenciamento feminino. Tolhidas em sua capacidade de dizer-se, muitas das mulheres participantes da Economia Solidária veem-se frente à necessidade de se ajustarem aos papéis atribuídos, como disse uma delas: “eu não ligo que tenham pena de mim, quanto mais pena as pessoas têm de mim mais eu recebo ajuda”.

A negação no âmbito doméstico da fala, do direito à escolha e mesmo do direito de ir e vir, ainda que seja para trabalhar fora de casa, é uma interface do subequipamento presente em outra escala, no espaço público, comunitário. O fato de os Clubes de Troca não possuírem existência jurídica aliado à não geração de volume produtivo e de renda, culmina na invisibilização desses empreendimentos e em seu consequente isolamento em relação a outros grupos. Sem a profissionalização e qualificação do seu trabalho, sem parceiros apoiadores e sem acesso à educação formal que capacite para a elaboração de projetos para captação de recurso, por exemplo, resta às mulheres participantes dos Clubes inscreverem-se nas listas de assistência social para ganharem verduras hoje, talvez cestas básicas amanhã. Tal parece não produzir desconforto entre gestores e formuladores, tudo está no seu lugar: os homens cuidando dos empreendimentos econômicos e as mulheres, dos solidários!

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Mirian. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a “diferença” em tempos pós-modernos... In: ADELMAN, Mirian; SILVESTREIN, Celsi B. *Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 49-61, 2002.
- ADELMAN, Mirian. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.
- ANTEAG. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antonio. *Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história*. Curitiba: Editora Popular, 2011.
- CLUBE de Trocas. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/clubes-de-troca/>>. Acesso em: 15 nov 2014.
- COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, p. 127-140, 1998.
- COSTA Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, v.19, p.59-90, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença (s): feminismos na reinvenção de sujeitos. In: DE ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata de. (orga.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: CDAPH/ Universidade São Francisco, 2002. p. 319-351.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: BUARQUE, Holanda de (org^a). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.
- FERNANDES, Florestan. MARX; ENGELS. *A história dos homens (A ideologia Alemã)*. São Paulo: editora Ática, 1984.
- MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. *Dissertação (Mestrado)* – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.
- _____. *Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos*. 2009. 54f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009.
- MOTTA, Eugênia de Souza Guimarães. Trajetórias e Transformações no mundo da economia solidária. 2010. 280f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) ‘mulher?’”. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>. Acesso em: 10 abr 2014.

RUBIN, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). *Qué son los estudios de mujeres?* México/ Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, Núcleo Pagu/ Unicamp, n. 12, p. 157 -163, 1999.

_____. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: História das Mulheres, Século XIX. (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, 1994. p. 443 – 475;

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (org^a). *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas* Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p.57-129.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes de Segurança Penitenciária 8, 184, 185, 188, 190, 192, 193

Ansiedade e Depressão 102

Aprendizagem 7, 47, 57, 58, 59, 81, 92, 93, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 140, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 159

Ascensão Social 6, 20, 22, 53, 54, 60

C

Contextos Educacionais 5

Cultura Popular 5, 25, 31

D

Desigualdade Social 47

E

Economia Solidária 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Educação Inclusiva 51, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 115, 147, 148, 152, 153, 156, 157

Educação Infantil 39, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137

Ensino de História 29, 38

Ensino de Matemática 117, 124

Ensino Superior 53, 54, 55, 58, 59, 102, 107, 108, 111, 112, 147, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Envelhecimento Feminino 87, 89, 90, 91, 94

F

Formação de Leitores 126, 127

G

Gendrificação 63, 64, 65, 66, 71, 74

Gênero 11, 61, 63, 64, 65, 70, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 115, 155, 172, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 193

I

Inclusão Escolar 116

Inclusão Social 5, 44, 51, 140, 150

L

Letramento 7, 89, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 163

Libras 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167

M

Medicina Popular 1, 9, 12

Mobilidade Social 5

S

Sistema Prisional 170, 171, 182, 185, 186, 193

Surdos 115, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168

T

Tecnologia Assistiva 49, 107, 108, 112, 147, 148, 153, 154

Terceira Idade 5, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101

V

Vínculos Sociais 87, 93, 96

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-595-2

